

**AGENDAS PRÓXIMAS,  
NARRATIVAS DIVERGENTES  
– A IMPRENSA E OS SENTIDOS DO *IMPEACHMENT*  
DE FERNANDO COLLOR**

*Vinícius Sales do Nascimento França*

***Introdução***

Tomamos como objeto o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, admitido pela Câmara de Deputados em 29 de setembro de 1992. A interrupção do mandato presidencial<sup>1</sup> justificou-se pela descoberta e apuração em uma Comissão Parlamentar de Inquérito da existência de um esquema de tráfico de influência, chefiado por Paulo Cesar Farias, que teria beneficiado o presidente. Em 30 de dezembro, o Senado o julgou culpado, cassando seu mandato e direitos políticos. Contudo, o *impeachment* não deve ser explicado apenas pela corrupção: “a corrupção só se torna fatal quando empregada como arma por poderosos adversários” (WEYLAND *apud* SALLUM JR; CASARÕES, 2011). Um conjunto de forças atuaram para pressionar o Congresso a destituir Fernando Collor de Mello, entre elas, os meios de divulgação midiática, que deram intensa cobertura jornalística para a CPI; e os movimentos sociais, que realizaram um conjunto de manifestações de rua pelo *impeachment*. (DIAS, 2004. RODRIGUES, 1997)

---

<sup>1</sup> O processo, admitido na Câmara por 441 votos a favor, 38 contrários, 1 abstenção e 23 ausências, foi enviado ao Senado, que formou uma comissão de 21 membros para analisá-lo. Ela elaborou um parecer, votado no dia 1 de outubro, em votação simbólica, pelo plenário do Senado. Somente após essa votação, Fernando Collor de Mello foi notificado e deixou o poder. Itamar Franco, o vice-presidente eleito, assumiu no dia seguinte.

Havia agendas políticas diversas e conflitantes e uma pluralidade de narrativas em torno do processo de impedimento. A forma como o *impeachment* de Fernando Collor de Mello passou a ser compreendido posteriormente está ligada à disputa política em torno dele e a quais narrativas se tornaram dominantes na memória coletiva<sup>2</sup> acerca deste fato histórico. Tal raciocínio está presente em um texto de Marcos Napolitano que analisa o processo de *impeachment* sobre o mandato da presidente Dilma Rousseff, em 2016, e o fato de ele configurar um golpe de estado. Apesar de defender que houve um golpe parlamentar, o autor lembra que a forma como este *impeachment* será interpretado irá depender dos rumos futuros da política nacional e da construção da memória em torno do processo de impedimento. Isso também vale para outros fatos históricos ligados à instabilidade política, como o golpe militar de 1964, cuja narrativa inicial, associada aos apoiadores da destituição de João Goulart, era de uma intervenção militar pontual. Ela caiu por terra com a perpetuação dos militares no poder. (NAPOLITANO, 2016)

A disputa em torno do significado de um fato histórico remete a discussão de Mikhail Mikhailovich Bakhtin sobre o signo e sua pluralidade de sentidos. Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2010), o autor afirma que há um conflito interno a cada signo, que poderia apontar para significados diversos, segundo grupos ou classes sociais opostas. A classe dominante procura esconder tal conflito, fazendo prevalecer o significado que lhe convém, construindo um consenso e apagando as diferenças sociais que o signo poderia explicitar. No entanto, em momentos de crise social e política, tal consenso deixa de prevalecer e as disputas simbólicas entre os grupos sociais se acirram.

---

<sup>2</sup> Considerando memória todo tipo de discurso não científico acerca do passado. Sobre o conceito de memória ver Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes (1992).

Aproximando o *impeachment* de Fernando Collor de Mello de um signo em disputa, propomos a análise dos textos de dois jornais: *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Estado de S. Paulo* (OESP) para observar a construção da narrativa em torno desse fato, seguida do questionamento acerca de quais fatores podem explicar essa construção. Trata-se de editoriais institucionais publicados no dia 30 de setembro de 1992, que opinaram sobre o fato de o processo de afastamento do presidente ter sido aprovado pelos deputados: “A lição do *impeachment*”, da *Folha de S. Paulo*, e “Sentido de uma votação”, de *O Estado de S. Paulo*. Ambos percebem o fato de forma diferente, embora apoiem uma agenda de governo semelhante. Os dois jornais foram escolhidos por estarem entre os maiores do país (tanto em 1992 como nos dias correntes) e disputarem o domínio do mercado de leitores do estado de São Paulo, ou seja, pode-se presumir um vínculo entre o teor dos textos e a disputa dos jornais. O corpus foi coletado na internet, nos sites *Acervo Folha* e *Acervo Estadão*, que contém edições anteriores dos periódicos.

O uso do conceito de signo possui algumas adaptações: ele não se aplica a um significante isolado, se refere ao rito do voto aberto dos deputados que indicaram o afastamento do presidente no dia anterior à publicação dos textos. Além disso, a disputa simbólica entre os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* não é uma disputa entre classes sociais, pois ambos são grandes empresas midiáticas, representando interesses empresariais ligados a seus respectivos proprietários, investidores e anunciantes.

É evidente que os textos jornalísticos não constroem uma visão neutra do real. Os jornais são empresas, sua atuação é determinada pela busca do lucro e suas páginas disseminam ideias, práticas e costumes vinculados ao setor da sociedade a que pertencem, sendo capaz de corresponder às necessidades de seu público, assim como de gerar tais necessidades, mol-

dando-o e expandindo-o. (GRAMSCI, 2010)

### ***Criação ideológica, infraestrutura e superestrutura***

Para a nossa problemática, é pertinente a discussão sobre a definição de ideologia como superestrutura. A ideologia abrange todas as esferas de criação imaterial humana: a política, a religião, as artes, os costumes, a linguagem, a ciência etc. (FARACO, 2009). Para Mikhail Mikhailovich Bakhtin, tudo “que é ideológico possui um significado e remete a algo fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*” (BAKHTIN, 2010, p. 31). O significado dos múltiplos signos humanos (palavras, gestos, imagens, rituais, símbolos matemáticos, sons etc.) é produzido por um consenso que ocorre na interação dos locutores, construído sobre experiências e memórias sociais prévias que apontam para o objeto que o signo reflete; tal consenso só ocorre porque os locutores vivem em sociedade. A construção social do signo está ligada à sua instabilidade: os significados mudam de acordo com a situação, o contexto histórico e a hierarquia social entre os locutores.

Cada signo possui diversos significados e valorações ideológicas (bom, mau, correto etc.) baseadas no viés de classe específico dos locutores. Pelo potencial de apontar para múltiplos significados e valores, o signo não apenas reflete a realidade, ele também a refrata. A concepção do signo marcada pelas relações sociais vincula-se à visão da ideologia como superestrutura, conforme definida por Marx (2008, p. 47):

na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas

sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência.

Para o autor, a característica essencial de uma sociedade é a forma como os seus membros se organizam para produzir a vida material e, em consequência, reproduzir-se. Tal organização divide a sociedade em classes, grupos sociais que tem posições diversas na produção da vida material e na distribuição de seus frutos. A oposição se realiza entre a classe que possui os meios de produção (a terra, os instrumentos do trabalho, as máquinas etc.) e as que trabalham para as primeiras. O que diz respeito à economia, à distribuição das tarefas e frutos da produção, Marx denomina estrutura ou infraestrutura, aquilo que está embaixo, o pilar da construção da sociedade; e o que diz respeito à ideologia, ele chama de superestrutura, o que está em cima, é sustentado e determinado pela economia.

Os autores marxistas que se voltaram para a cultura encontraram um problema: como definir os limites da determinação da economia sobre a ideologia sem negar este fenômeno nem esvaziar a cultura de todo tipo de autonomia? Mikhail Mikhailovich Bakhtin rejeita a noção de causalidade mecanicista entre um fenômeno da vida material e um fenômeno ideológico. Um exemplo é o aparecimento de um personagem no romance russo oitocentista, o “homem supérfluo” (BAKHTIN, 2010, p. 41) que retrataria a nobreza empobrecida daquele período. A simples relação isolada entre os dois fatos – a nobreza decai, logo surge um personagem no romance que a represente – não tem valor explicativo, pois ignora o funcionamento do romance e do conjunto da literatura, segundo suas próprias leis.

O livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem* aborda a construção social do signo ideológico, considerando as relações de classe, mas sem uma análise reducionista que se resume a esse fator. Alguns conceitos do livro foram selecionados

para este trabalho: o tema e a significação; o gênero discursivo; e as identidades e relações sociais entre os locutores<sup>3</sup>.

A respeito dos conceitos de tema e significação, o primeiro se refere ao sentido singular de uma enunciação inteira. Esse sentido não se repete, depende de todas as palavras da enunciação, assim como todos os seus elementos que só existem em uma situação histórica concreta e singular. Ele é uma reação da consciência do enunciador a esta situação, dialogando com elementos extratextuais. A significação se encontra no interior do tema, ela aponta para os elementos reiteráveis e necessários para que o tema transmita um sentido: o significado estável (ou dicionarizável) das palavras, das formas sintáticas e morfológicas, da entoação etc. Trata-se do aparato técnico utilizado para construir o tema. A dissociação entre os dois conceitos é meramente formal, na realidade empírica tema e significação são inseparáveis.

O conceito de gênero aparece de forma sutil, sem uma definição plena em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, o que só ocorre em *Estética da Criação Verbal*. Na primeira obra, o autor propõe um modelo de criação ideológica onde cada grupo social, em dado contexto histórico, possui um conjunto particular de tipos de discurso. Dentro de cada tipo de discurso, há os atos de fala, com seus temas e formas específicas. Em outro momento, ele afirma que a repetição de uma situação comunicativa vinculada a uma circunstância e certos locutores cria fórmulas estáveis, repetições que influenciam sua forma e conteúdo. Ambas as definições que podem ser remetidas ao

---

<sup>3</sup> Outros conceitos do livro pertinentes para a análise de textos escritos são: a palavra como o signo privilegiado por sua ubiquidade e acessibilidade; a presença de toda enunciação em uma cadeia enunciativa, onde ela responde e se antecipa a outras; a forma como o discurso citado é introduzido em outro discurso como evidência das relações entre os diversos locutores; e a consideração do funcionamento do campo ideológico (a religião, a literatura, o direito, o jornalismo etc.) para interpretar o signo produzido nele.

conceito posterior de gênero discursivo. (BAKHTIN, 2010)

O gênero em questão neste artigo é o editorial jornalístico. Perseu Abramo faz a seguinte definição acerca dos gêneros dentro de um jornal: “O reino da *objetividade* é a informação, a notícia, a cobertura, a reportagem, a análise, assim como o reino da *tomada de posição* era a opinião, o comentário, o artigo, o editorial” (ABRAMO, 2003, p. 41). A citação se confirma ao se observar os manuais de redação da *Folha de S. Paulo* e de *O Estado de S. Paulo*, livros que normatizam a produção jornalística dentro dos veículos. Ambos afirmam que o editorial deve trazer a opinião da empresa e procuram reprimir a presença de tomadas de posição nas notícias e reportagens. (GRILLO, 2004)

Os editoriais procuram equilibrar em um mesmo texto as diversas opiniões dos mais importantes financiadores do jornal: anunciantes, acionistas, agentes do Estado etc. Ele tem uma forte marca política, representando forças disputam posições e agendas dentro do Estado. Assim, dialogam vários sujeitos dessa disputa: agentes do Estado, partidos políticos, movimentos sociais, entidades profissionais etc. (MELO, 1985; FONSECA, 2005)

Sobre os interlocutores, Mikhail Mikhailovich Bakhtin refuta a existência de enunciações monológicas, para ele, toda enunciação se dirige a um interlocutor. Ela é duplamente determinada, pelo locutor que a formula e o interlocutor que a recebe, e atravessada pelas relações sociais entre eles: de hierarquia, de trabalho, de família, conjugal etc. Se não houver um interlocutor definido, deve-se considerar o representante médio do grupo social do locutor ou o horizonte social da produção ideológica: para quem se dirige a literatura, a aula, o culto religioso, a propaganda em um outdoor etc. As palavras e os gêneros discursivos escolhidos não seriam os mesmos se variassem os locutores, suas relações e o objetivo da enunciação. Há confluência entre esse conceito, a definição de gênero

discursivo e a observação da situação concreta da enunciação para compreender seu tema.

A apropriação dos conceitos descritos para este artigo se dará com a presença da transcrição integral dos textos dos editoriais – correspondendo a uma enunciação completa – seguida da descrição de seu sentido a partir da análise das palavras-chave mais presentes, questionando sobre o seu sentido reiterável e seu significado no contexto do texto. Posteriormente, o artigo irá discorrer sobre o sentido dos textos em relação com o processo de impedimento de Fernando Collor de Mello, a agenda política do novo governo, o público dos dois jornais e a disputa entre eles. Nesse segundo momento, serão considerados também os conceitos de gênero discursivo e locutores.

### ***Os jornais e sua disputa***

*O Estado de S. Paulo* foi criado em 1875, com o nome de *A Província de S. Paulo*, seus proprietários são a família Mesquita, desde 1902 (PONTES, 2016). Até a década de 1980, o periódico era líder no mercado paulista de jornais e mantinha um viés editorial conservador, próximo das elites rurais. Apoiou as Revoluções de 1930 e 1932 e, após 1945, esteve alinhado à União Democrática Nacional (UDN). Tratava-se de um jornal com identidade sólida e prestígio, devido à sua tradição e liderança (KUCINSKI, 1998). A partir dos anos 1960, ele deu origem ao Grupo Estado, que, atualmente, também comanda as rádios Eldorado e Estadão.

Já a *Folha de S. Paulo*, foi criada nos anos 1920 e possuiu vários donos até se tornar, no início da década de 60, propriedade da família Frias, donos do veículo até os dias atuais. Desde então, tornou-se parte de um grande conglomerado, o Grupo Folha, que é dono do jornal *Agora SP*, de editoras de livros (Publifolha e Plural), do portal de conteúdo na internet Universo Online e do instituto de pesquisa Datafolha. Em situ-



ação oposta a *O Estado de S. Paulo*, a *Folha de S. Paulo* teve vários proprietários e diversos perfis editoriais até os anos 1970, o que impediu o fortalecimento de uma identidade entre o jornal e seus leitores. (POLACOW, 2007)

A *Folha de S. Paulo* superou o rival nos anos 1980, fato relacionado à modernização técnica e ao seu posicionamento durante a transição do regime militar para a democracia. Os dois periódicos alinharam-se ao golpe de 1964. No entanto, houve diferenças nas relações com a ditadura. Pode-se dizer que a *Folha de S. Paulo* foi mais próxima ao regime, pois a censura sofrida por ela não foi tão dura quanto a que ocorreu sobre os jornais da família Mesquita, *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal da Tarde*. (POLACOW, 2007)

A partir de 1974, o grupo político dos generais Geisel e Golbery iniciou um processo lento e controlado de devolução do poder para os civis. A direção da *Folha de S. Paulo* considerou que havia a oportunidade de construir uma identidade editorial diferente de *O Estado de S. Paulo* e ampliar seu público. Embora fosse censurado pela ditadura, o viés conservador do concorrente e sua aversão aos movimentos sociais o impedia de apoiar abertamente as oposições (FONSECA, 2015). A *Folha de S. Paulo* optou por posicionar-se “um grau à esquerda” de *O Estado de S. Paulo* (PILAGALLO, 2012, p. 215) e, desde 1974, trouxe para suas páginas intelectuais da oposição como Clóvis Rossi, Jânio de Freitas, Paulo Francis, Newton Rodrigues, Alberto Dines, Gerardo Mello Mourão, Oswaldo Peralva, Flávio Rangel, Glauber Rocha, Dalmo de Abreu Dallari, Mauro Santayama, Fernando Henrique Cardoso e Samuel Wainer. Outra medida foi a criação da seção Tendências/Debates, com artigos de opinião de autores externos ao jornal. Dessa forma, a *Folha de S. Paulo* moldou a imagem de jornal pluralista – que até hoje está presente na sua publicidade – dentro de um contexto de mobilização pela democracia.

Em 1984, ocorreu a campanha das Diretas-Já, que atuou

pela provação no Congresso Nacional do voto direto na eleição para presidente da República, que ocorreria naquele ano. Ao contrário da maior parte da grande mídia, que deu pouca atenção à campanha, a *Folha de S. Paulo* fez ampla cobertura dela e a apoiou abertamente em seus editoriais. Nos dias próximos da votação, o veículo divulgou telefones de deputados e imprimiu tarjas nas capas, nas cores amarela (a cor oficial da campanha), chamando manifestações, e preta, em sinal de luto pela derrota da emenda das diretas. A edição que noticiou este fato, em 26 de abril de 1984, trouxe na capa um editorial, “Cai a emenda, não nós”, atacando a minoria de “maus parlamentares” que se posicionaram contra o “sentimento” da sociedade.

No ano de 1982, a *Folha de S. Paulo* foi pioneira na introdução do uso de computadores nas redações. Essa inovação ocorreu de forma gradual, pois havia uma reserva de mercado para produtos de informática fabricados no Brasil e os jornais procuravam produtos estrangeiros. Ainda assim, ela mudou profundamente o funcionamento das redações, que deixaram de usar máquinas de escrever, papel-carbono, filmes para impressão e o hábito de recortar e colar diversas laudas digitadas na máquina para construir uma matéria. Outras vantagens para as empresas foram o fechamento mais rápido das edições e a redução da mão-de-obra, visto que os computadores retiraram intermediários entre o jornalista e a impressão. Também se destaca a criação, em 1984, do Projeto Folha, que alterou as diretrizes para a escrita dos textos – eles se tornaram mais curtos, objetivos e homogêneos. Esta reforma também se tornou tendência em outros veículos. (VILLAMÉA, 2008; PIRES, 2008)

Assim, ocorre uma inversão nos anos 1980: a *Folha de S. Paulo* consolida uma identidade e, em 1986, toma a liderança do mercado de jornais. No mesmo ano, *O Estado de S. Paulo* nomeia Augusto Nunes diretor de redação para implantar reformas. Até 1991, computadores foram incorporados, o jor-

nal passou a utilizar cores e a ser publicado nas segundas-feiras. Para Augusto Nunes, um dos motivos para o declínio do periódico foi o grande investimento em novas instalações longe do centro de São Paulo na década de 1970 (a empresa mudou-se do centro para a Marginal Tietê, em 1976), o que atrapalhou o cotidiano da produção jornalística (ABREU; LATTMAN-WELTMAN; ROCHA, 2003). Mesmo com as reformas em *O Estado de S. Paulo*, a *Folha de S. Paulo* permaneceu superando o seu rival nos mercados paulista e brasileiro.

Ao analisar o público alvo dos dois jornais, é preciso levar em conta o fato de ambos pertencerem a conglomerados, que possuíam a estratégia de segmentar o público entre diferentes periódicos. Assim, em 1992, o leitor das classes populares era buscado pelos jornais *Folha da Tarde* e *Notícias Populares* do Grupo Folha; e pelo concorrente *Jornal da Tarde*, do Grupo Estado (os três deixaram de circular, em 1999, 2001 e 2012, respectivamente). O público das classes médias e das elites urbanas era disputado pela *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* (TASCHNER, 1992; GRILLO, 2004). Em relação à *Folha de S. Paulo*, há dados fornecidos pelo Instituto Datafolha sobre o perfil do leitor no estado de São Paulo em 1988: em relação à escolaridade, 71% detinham formação superior e 9 % eram pós-graduados (FOLHA DE S. PAULO, 1998). Quando se contrasta estes dados com os colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), feita no mesmo ano, percebe-se a elitização do público: a PNAD contou 7,7% de graduados em relação à população total do estado de São Paulo (IBGE, 1971-2014).

### ***Os editoriais***

Os dois editoriais analisados foram publicados no dia 30 de setembro de 1992, comentando a votação da Câmara dos

Deputados que admitiu o processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello. O texto de *O Estado de S. Paulo*, “Sentido de uma votação”, foi impresso na página 3 do caderno principal, diariamente ocupada por editoriais, constituindo uma seção “Notas e Informações”. O texto está transcrito a seguir:

#### *Sentido de uma votação*

O povo se regozija com o resultado da votação na Câmara dos Deputados. Contudo, parte dele, apenas. Os que ainda conservam a capacidade de compreender a história lamentam que, mais uma vez, a Nação tenha sido traída por aquele em quem depositara suas esperanças. O *impeachment* do presidente da República não nos deve impressionar. De extrema gravidade é que mais uma vez se perdeu a oportunidade de o povo erguer-se sobre suas mazelas e fazer delas e de suas virtudes as condições para ombrear-se com quantos querem dirigir os destinos do mundo.

Não foi esta a primeira vez que o povo brasileiro se viu traído. Esqueçamos os episódios que marcaram a vida desta nação desde pelo menos 1817 até a Proclamação da República. Esqueçamo-nos do que foram as tentativas modernizadoras a seu modo do "tenentismo". Lembremo-nos, porém, de 1930, quando milhares de civis em armas poderiam ter dado ao Brasil novo rumo e, no entanto, como reconheceria depois o responsável pela vitória militar do movimento, foram traídos em sua vontade profunda pelo conluio das oligarquias. Lembremo-nos das esperanças frustradas em 1945. Lembremo-nos da decepção em que se constituiu a marcha batida com que muitos dos que haviam feito o movimento de março de 1964 conduziram o País à ditadura. Lembremo-nos, sobretudo, ainda que historicamente devessem ser citadas antes, a eleição e a renúncia do sr. Jânio Quadros.

A Nação, hoje, amarga o sentimento de haver sido traída – pelo menos os 35 milhões de eleitores que, em 1989, sufragaram o jovem que tinha pressa em nome de sua geração – por aquele em quem depositara as suas esperanças. Se os demais, os que formaram do outro lado da trincheira, agora veem batido o adversário de ontem, têm motivos aparentes para alegrar-se, no íntimo também eles sabem que foi obtida, uma meia vitória. Muitos dos votos "sim" que garantiram o triunfo das oposições vieram de representantes do velho "sistema" político que agora se

apresta a dividir o poder, quando não de representantes do que o sistema Collor de Mello produziu de mais contrário ao movimento da ética na política. Os adversários de Collor de Mello foram traídos também porque o Brasil, tendo perdido a grande oportunidade histórica que se abriu de reconstruir o Estado, modernizar a economia, abrir os canais de ascensão social aos jovens e incorporar-se ao Primeiro Mundo, se vê forçado a refazer os caminhos de sempre à procura de sua redenção, frustrado que foi o ideal da campanha de 1989. Com a "vassoura", o sr. Jânio Quadros, de 1953 a 1960, levantou as massas contra o sistema político já envelhecido e corrompido; com o combate aos "marajás", o sr. Collor de Mello sublevoou os pés-descalços contra os "donos" daquele mesmo sistema político, que hoje voltam ao poder, ainda que mascarados de boas intenções. É necessário ter consciência de que não se encerrou uma etapa da vida brasileira, para que possamos reconstruir a Nação, que ano após ano vê seu grande destino postergado pelo interesse eleitoral ou corporativo de quantos, de um modo ou de outro, mantêm um *status quo* socioeconômico absolutamente iníquo.

Da perspectiva da dita modernidade, o programa com que o sr. Collor de Mello se apresentou á Nação em 1989 ainda é válido – talvez o único capaz de oferecer uma esperança aos que sofreram por acreditar naquele que simbolizava os jovens afastados das decisões políticas desde 1964.

Ser moderno significa, de fato, aceitar responsabilidades, saber discernir entre o bom e o mau, para não dizer entre o Bem e o Mal.

Essa distinção, hoje, é mais do que nunca necessária, pois bons e maus se misturaram diante das câmaras de televisão, dando seu voto "sim" em nome da moralidade pública e de um Brasil melhor, que muitos não ajudaram a implantar ou a construir. A Nação, traída mais uma vez, demonstrou que sabe escolher quando lhe é dada a oportunidade: a vontade do povo nunca erra. Ela não errou ao escolher um jovem para representar uma nação de jovens: alguém que prometia a reforma do Estado e a modernização da sociedade.

O povo não errou; foi traído pela cobiça de alguns poucos, pela cumplicidade de muitos, pelo silêncio dos que não tiveram coragem, desde o início, de dizer "não!" ao que era manifestamente mau.

Agora, é preciso, como Sísifo, levar de novo a pedra ao topo do monte, esperando que os deuses, passada a sua cólera, nos permitam fixar nossa bandeira no alto. Fomos traídos, todos nós, mais uma vez. Por isso, em vez do júbilo pelo afastamento de quem deslustrou a Presidência da República, soframos intimamente juntos com a Nação a sua frustração e contritos saibamos unir-nos para construir um futuro em que os que votaram "não" para voltar a dividir o butim do que resta do Estado não sejam os que hajam de, uma vez mais, impedir-nos de chegar a nosso destino.

A Nação está cansada de ser escarnekida. Que o episódio de ontem, com tudo o de errado que tenha tido, sirva de lição aos jovens, a quem cabe levar a pedra até o alto do morro nem que seja, vendo-a rolar para baixo, para fazer de novo a escalada.

O Brasil merece o sacrifício dessa grande luta por seu destino.

Iniciando a análise das palavras mais citadas no texto, a partir dos conceitos de tema e significação, observou-se que as mais mencionadas foram: “nação” (9 citações), “vez” (7), “povo” (5); “jovens” (4); “Brasil” (4); “Collor de Mello” (4); “lembremo-nos” (4). Merecem destaque também: o singular “jovem” (2); palavras próximas de “moderno”, como modernizar e modernizador, que aparecem cinco vezes, quatro delas referindo-se ao programa de governo de Fernando Collor de Mello; e oito flexões do particípio do verbo trair, como traído, traída, traídos<sup>4</sup>. O trabalho se deterá sobre as palavras “nação”, “vez” e “jovem”, ao lado da sua flexão, jovens (ambas remetem a mesma entrada no dicionário), que somam 6 citações no texto.

Serão observados alguns dos sentidos estáveis da palavra segundo o *Dicionário Houaiss*, consultado por meio do seu site na internet (a análise não está levando em conta as possíveis transformações de sentido entre 1992 e 2012, data da

---

<sup>4</sup> A contagem de palavras foi realizada com auxílio do site Contador de Palavras – Analisador Linguístico de Textos, do Grupo de Linguística da Insite, disponível em <http://linguistica.insite.com.br/corpus.php>.

publicação on-line do dicionário). Estes sentidos serão comparados com outros, sugeridos pelos textos.

As definições de nação mais pertinentes ao sentido utilizado no texto foram:

1 agrupamento político autônomo que ocupa território com limites definidos e cujos membros, ainda que não necessariamente com a mesma origem, língua, religião ou raça (como fazia crer um conceito mais antigo), respeitam instituições compartilhadas (leis, constituição, governo) (...) 3 o povo de uma nação; todas as pessoas que nela vivem (...) 4 o governo de uma nação (acp. 1), o Estado < a n. se substancia nos poderes estabelecidos constitucionalmente > (...) 8 grupo de pessoas com características comuns, esp. de pessoas ligadas por afinidade de caráter, de índole; tipo, natureza. (UOL *Dicionário Houaiss*, 2012)

Infere-se que a palavra remete a uma coletividade, com laços de natureza cultural e a possibilidade de se concretizar em instituições políticas. No editorial, a palavra nação aparece próxima da menção a episódios e processos históricos, assim como a um destino grandioso. Em outros momentos, ela é identificada com o voto dos eleitores da eleição presidencial de 1989, mais especificamente com a maioria que venceu e elegeu Fernando Collor de Mello. Ela ainda é representada como traída e escarnecida pelas lideranças políticas que deveriam conduzi-la ao seu grande destino.

O interesse da nação, já identificado aos eleitores de Fernando Collor de Mello, aparece novamente ligado a uma parte da população, a que tem compreensão da história e, por isso, não festeja o *impeachment*. Dessa forma, a nação é definida como uma coletividade unida por uma trajetória histórica e teleológica comum, ainda que apenas uma parte dela perceba esta trajetória. Ela se aproxima da acepção 1, pois diz respeito a um organismo político; e da acepção 8, pois sublinha que há algo em comum, uma trajetória histórica que une a coletividade de brasileira. No entanto, o dicionário não menciona a história como fator de coesão da nação e repudia que a coesão resida

em uma origem comum – algo próximo de uma história em comum.

Portanto, a singularidade do significado da nação neste texto está presente na história que a une e nos elementos a constituem. O *impeachment*, lido como traição aos votos de 89 e ao projeto de governo vencedor no pleito, é visto como uma continuidade, uma permanência histórica: a nação teria sido traída novamente pelas suas lideranças políticas. O texto critica Fernando Collor de Mello, afirma que ele traiu seus eleitores e que seu governo se perdeu pela cobiça, falta de ética, saque ao Estado e práticas que eram explicitamente más.

Para *O Estado de S. Paulo*, ocorre uma repetição de eventos na história do século XX brasileiro: há uma mobilização consciente dos interesses e do grande destino da nação que vence e coloca novas esperanças nos rumos do país; ela é seguida pela traição dos líderes em quem ela confiou, favorecendo velhas práticas políticas. Isso teria ocorrido na Revolução de 1930, na redemocratização em 1945, na eleição de Jânio Quadros em 1960, no “movimento de março de 1964” e finalmente, na vitória de 1989, seguida pela traição e queda de Fernando Collor de Mello. *O Estado de S. Paulo* retoma a memória de posicionamentos anteriores do jornal nos outros fatos e se identifica aos eleitores de Fernando Collor de Mello, lado dos conscientes do destino histórico, que sentem a traição por toda a nação. Assim, o veículo aponta que o programa de governo de Fernando Collor de Mello iniciaria um novo tempo da história do país, marcado pela superação de velhos problemas. Tais problemas tendiam a se perpetuar com o final do governo.

A respeito da palavra “vez”, recolheu-se as seguintes definições:

1 designação da ocorrência de um evento ou de cada ocorrência de eventos sucessivos idênticos ou análogos (...) 2 certo momento; dada ocasião (...) 3 circunstância ou momento propício para



realizar algo; ensejo, ocasião, oportunidade (...) 4 momento em que ocorre uma alternância, um revezamento, dentro de uma sequência em que cada elemento tem a mesma importância; turno. (UOL *Dicionário Houaiss*, 2012)

Somente no parágrafo que cita o mito grego de Sísifo, a palavra é utilizada de forma próxima à acepção 4, defendendo um sentimento, o sofrimento, em relação ao festejo (júbilo) como reação ao *impeachment*. Na maioria das ocorrências, há sentidos identificados à acepção 1, a existência de um evento; e da 3, uma ocasião ou oportunidade. A palavra é citada quatro vezes dentro da expressão “mais uma vez” e duas vezes em expressões equivalentes “não é a primeira vez” e “uma vez mais”. O evento que se repete é a traição da nação ou do povo pelas elites políticas, que desperdiçam oportunidades da nação realizar seu destino grandioso. As aparições da palavra “vez” reforçam a visão de *O Estado de S. Paulo* sobre a história do Brasil que havia sido inferida na análise anterior.

Acerca da palavra “jovem”, as definições retiradas do dicionário são:

1 que ou aquele que se encontra na juventude, no período de vida compreendido entre a infância e a idade adulta; adolescente (...)  
2 que ou aquele que já atingiu a idade adulta, mas que, relativamente às pessoas de meia-idade, é considerado como que ainda gozando de certa juventude (...) 3 próprio da juventude (...) 5 que, apesar da maturidade, conserva a vivacidade, a energia, a flexibilidade e uma certa inocência que caracterizam os jovens. (UOL *Dicionário Houaiss*, 2012)

O termo é utilizado para se referir a Fernando Collor de Mello, que foi empossado aos 40 anos, a idade mais baixa de um presidente na história do Brasil, remetendo as acepções 2 e 5. Na primeira citação, a juventude de Fernando Collor de Mello é identificada à pressa, um valor de sua geração. As outras menções ao termo estão ligadas à definição 1, que se identifica a uma faixa etária intermediária entre infância e maturidade. As pessoas da idade citada aparecem representadas na agenda política de Fernando Collor de Mello; vinculadas ao

retorno à democracia, após a ditadura militar; e indicadas como os que irão reerguer a nação, após ela ser traída novamente. A juventude, característica que une o candidato vitorioso de 1989 à nação, é vista como algo positivo, ligado ao novo caminho que deve levar o Brasil ao seu grande destino, por meio da “reforma do Estado e modernização da sociedade”, elementos que eram esperados por *O Estado de S. Paulo* nas políticas do governo em vias de destituição. O valor do novo também está presente no uso do termo moderno para se remeter ao programa de Fernando Collor de Mello e na oposição de *O Estado de S. Paulo* ao velho sistema político.

O editorial da *Folha de S. Paulo*, intitulado “A lição do *impeachment*”, foi impresso na página 2, espaço voltado a textos opinativos. O texto segue transcrito abaixo:

#### *A lição do impeachment*

A provação chegou ao fim. A sociedade brasileira, aliviada, vê uma confirmação eloquente de sua maturidade institucional. Sob a atenção e a vigilância de um país imobilizado diante dos aparelhos de televisão, a Câmara veio resgatar o compromisso com sua própria razão de ser – a expressão da vontade popular. Acima de tudo, o voto de 441 deputados contribui para recompor a dignidade do Congresso, redimindo-o da grande decepção que infligiu à nacionalidade com a derrota das eleições diretas em 1984.

O Legislativo agiu em consonância com a manifestação inequívoca da sociedade em favor de padrões mínimos de probidade e decoro no trato da coisa pública. Se estes nem sempre foram respeitados ao longo da história brasileira, o governo Collor laborou por violentá-los de forma nunca antes vista. Oculto sob o esmalte fino das propostas modernizadoras, que nunca chegou a pôr em prática de modo consequente, o primeiro presidente eleito pelo voto direto em três décadas pôs o Estado que deveria reformar a serviço da mais arcaica e voraz das oligarquias, sob a gerência de seu ex-tesoureiro de campanha.

A opinião pública cedo formou seu juízo, em consequência da série de revelações estarecedoras, como o pagamento de con-

tas particulares do presidente da República com dinheiro de proveniência escusa e, por cúmulo, na forma de cheques "fantasmas" que sequer a farsa da "Operação Uruguai" foi capaz de materializar. Collor, no mínimo complacente com as irregularidades e trabalhando ativamente para encobri-las quando denunciadas, destruiu ele mesmo as credenciais de autoridade para manter-se no cargo que lhe fora confiado por 35 milhões de votos. Continuava na Presidência, sem ser mais o presidente do Brasil.

A frustração com essa primeira experiência da democracia ressurgente não poderia ser maior. E foi precisamente na hora propícia ao desalento que a sociedade brasileira demonstrou a força de sua convicção democrática e dos princípios éticos, dando vida a um movimento feito de indignação vibrante que varreu as ruas do país e tirou da letargia as próprias instituições. É com direito que a nação pode hoje ostentar com orgulho – não por afastar um presidente em desonra, que não há nisso motivo de júbilo –, mas com a própria manifestação de independência, determinação e soberania. Sem ela, a verdade e a transparência – pressupostos de toda coesão social e política – estariam ainda sob ameaça.

Afastado Fernando Collor, assume o vice-presidente Itamar Franco, no estrito cumprimento da Constituição de 1988. Chega à Presidência por obra de uma reviravolta da história, mas nem por isso com menos autoridade. A responsabilidade que lhe cabe é enorme, maior do que a do presidente que assume no quadro da normalidade – em razão não apenas do período reduzido de governo, mas sobretudo pela urgência de tirar o país da exaustão em que foi lançado por cinco meses de crise e desgoverno.

Itamar Franco terá em princípio seis meses de interinidade – e quase certamente outros dois anos – para enfrentar uma das piores crises econômicas que o país já atravessou, caracterizada pela combinação perversa de uma recessão profunda com uma inflação em nível insuportável. O combate a esses males não poderá ser feito em prejuízo do programa de abertura e modernização da economia, hoje um consenso na opinião pública: cumpre agora pô-lo e prática, no contexto de uma profunda reforma do Estado.

Acima de tudo, porém, cabe ao futuro presidente da República – e a todas as forças que lhe derem sustentação – extrair o grande ensinamento da crise: o Brasil mudou. Que a punição imposta a Fernando Collor sirva de advertência a cada homem pú-

blico, neste país, para que observe os elementares princípios da verdade, decência e honestidade. Deste caminho não há, não pode haver volta

O texto da *Folha de S. Paulo* é mais curto (cerca de 3800 caracteres, enquanto o anterior tinha cerca de 5100) e escrito em linguagem mais acessível que o de *O Estado de S. Paulo*, o estilo rebuscado do último pode ser exemplificado pelas mesóclises utilizadas, como “lembremo-nos”, um dos termos mais citados. Outro elemento que caracteriza o texto da *Folha de S. Paulo* é uma pausa que marca uma mudança de assunto; antes dela o editorial trata da votação dos deputados e depois, do futuro governo de Itamar Franco.

As palavras mais citadas em “A lição do *impeachment*” foram: “presidente” (6 citações), “país” (5); “Collor” (4); “pública” (3) e “sociedade” (3). Destaca-se a menção a instituição “presidência” (2), cuja referência está próxima a “presidente” e “Collor”; e o termo “público” (1), seu verbete em dicionários é o mesmo da flexão feminina “pública”. A análise se deterá nas palavras “presidente”, “país” e “público” / “pública”.

Para abordar a primeira palavra, tomou-se a seguinte definição: “título oficial do chefe do governo no regime presidencialista” (UOL *Dicionário Houaiss*, 2012). Todas as seis citações dialogam com ela. Em quatro ocasiões, se refere à Fernando Collor de Mello; em uma aponta de forma geral para um presidente eleito; e uma menção refere-se à Itamar Franco.

Os usos da palavra no texto implicam nas responsabilidades e limites do poder do chefe de governo. O fato de Fernando Collor de Mello ter desonrado o cargo é o assunto central de outras menções: ele colocou o Estado a serviço de uma oligarquia “arcaica” e “voraz”, beneficiou-se de arrecadação ilícita de dinheiro e, desmoralizado pela opinião pública, continuava investido do cargo, mas sem autoridade para exercê-lo. Sobre Itamar Franco, o texto afirma que a circunstância anormal de sua posse aumenta a sua responsabilidade; e que o afas-

tamento de Fernando Collor de Mello servia de aviso para ele e seus aliados no poder agirem com ética. As menções de “presidente” ligadas a Fernando Collor de Mello reforçam essa advertência.

Para o segundo termo escolhido, “país”, foram selecionadas as definições:

2 território geograficamente delimitado e habitado por uma coletividade com história própria (...) 3 comunidade social e política à qual se pertence ou à qual se tem o sentimento de pertencer; pátria, terra (...) 4 conjunto de habitantes de uma nação. (UOL *Dicionário Houaiss*, 2012)

O texto se aproxima da acepção 2, lugar geográfico. No primeiro caso, o espaço onde ocorreram os protestos de rua pelo *impeachment*; no segundo, onde os representantes políticos devem observar a necessidade de honestidade. Nas acepções 3 e 4, se infere uma coletividade, unida por laços sociais ou não. Tal coletividade teria assistido atenta à votação dos deputados pela televisão no dia anterior; e estava sofrendo com cinco meses de desgoverno e forte crise econômica. Percebe-se uma impressão do presente bastante movimentada – protestos, vigília diante da TV, crises política e econômica, alteração das práticas políticas. O país está atravessado por vários fenômenos que o marcam e transformam: afirma-se que o Brasil mudou.

Acerca das palavras “pública” e “público”, foram escolhidas três definições: “1 relativo ou pertencente a um povo, a uma coletividade. (...) 2 relativo ou pertencente ao governo de um país, estado, cidade etc. (...) 3 que pertence a todos; comum [por oposição] a privado” (UOL *Dicionário Houaiss*, 2012). Deve-se considerar que os termos aparecem nas locuções “opinião pública”; “coisa pública”; e “homem público”.

“Coisa pública” diz respeito aos “negócios, os interesses do Estado ou da coletividade”. “Homens públicos” remete a “indivíduo que ocupa um alto cargo do Estado” (UOL *Dicio-*

*nário Houaiss*, 2012). Ambas as expressões aparecem como objetos da ação de outrem: o respeito à coisa pública é uma posição defendida firmemente pela sociedade e atendida pelo Legislativo, que aceitou o *impeachment*; e os homens públicos recebem uma advertência da *Folha de S. Paulo* para que sua prática seja ética. Nesta, o sentido da locução parece se referir aos representantes políticos de forma geral, não somente aos de alto cargo.

Já a “opinião pública” aparece como protagonista das ações. O seu sentido dicionarizável é:

1 o acordo da totalidade, ou grande maioria, das opiniões de uma coletividade sobre questões de interesse geral. 2 (...) opinião que traduz a vontade popular, em assuntos que dizem respeito à condução dos destinos de uma coletividade politicamente organizada. (UOL *Dicionário Houaiss*, 2012)

A opinião pública, ou seja, o consenso da maioria da sociedade em torno de uma posição, aparece ratificando o afastamento do presidente, muito antes da votação dos deputados; e a agenda de medidas neoliberais que deveria seguir com o governo Itamar Franco.

A palavra “público” aponta para o sentido de coletividade e para os assuntos do Estado. O editorial fala dessa coletividade, a sociedade – outra palavra bastante citada no texto – se preocupando com o funcionamento do Estado, formando opinião, realizando protestos e cobrando ações dos dirigentes políticos. O editorial afirma também que ela se mostrou madura e soberana.

A *Folha de S. Paulo* narra o *impeachment* como a ação de uma sociedade que toma consciência de si mesma e se mobiliza – por meio não só das urnas, mas também das manifestações de rua – para alterar o destino político do país. O que já havia ocorrido em 1984, porém, em 1992, o parlamento votou a favor dela, redimindo-se do erro de oito anos antes. Em total oposição a essa interpretação, *O Estado de S. Paulo* vê um

Brasil vítima dos seus representantes políticos e preso na repetição dos rumos que se perpetuam desde, pelo menos, 1930. Para esse periódico, só uma parte da sociedade tem consciência do seu destino e história. Ele fala do Brasil com a palavra “nação”, segundo um sentido hoje ultrapassado e bastante criticado de identidade de destino histórico e teleológico entre os brasileiros; enquanto a *Folha de S. Paulo* usa “sociedade” e “opinião pública”, termos que se referem a uma coletividade, mas com maiores possibilidades de tensão interna. *O Estado de S. Paulo* não menciona os protestos de rua de 1992 como expressão da posição da sociedade, preferindo focar-se nas eleições de 1989.

O concorrente responsabilizou pessoalmente Fernando Collor de Mello pela sua queda – nota-se que seu nome e a palavra presidente estão entre os termos mais citados. Já *O Estado de S. Paulo*, aponta a culpa do presidente, mas enfatiza uma permanência histórica: a repetição da traição da sociedade pelos seus dirigentes políticos. Outra dissonância se encontra nos aspectos formais. A *Folha de S. Paulo* faz um texto mais acessível: menor, dividido em partes e escrito em linguagem menos rebuscada. Já o texto de *O Estado de S. Paulo* é maior e possui um estilo mais erudito.

Apesar das narrativas opostas acerca do significado do *impeachment* – ligado à traição de uma sociedade que repete seus erros e é vítima de sua elite política, para *O Estado de S. Paulo*, ou uma vitória de sociedade, que é protagonista do processo e muda sua história, para a *Folha de S. Paulo* – algo em comum entre os dois editoriais é a defesa do programa de governo de Fernando Collor de Mello, baseado em medidas neoliberais. Ele é o ponto central do texto de *O Estado de S. Paulo*, a realização dessa agenda política seria o caminho para um futuro de grandeza e prosperidade. Assim, o *impeachment* representava a oportunidade perdida de segui-lo. A *Folha de S. Paulo* pressiona pela manutenção da agenda, que teria sido

mal aplicada por Fernando Collor de Mello, por Itamar Franco, argumentando que ela corresponde ao consenso da opinião pública.

### *Os jornais e o contexto político do impeachment*

Na década de 1970, o crescimento econômico brasileiro estava baseado no investimento do Estado, através de empresas estatais, sobretudo nos setores de indústria de base e infraestrutura; e de medidas protecionistas como reservas de mercado, isenções fiscais e subsídios para a produção agrícola e industrial. Este modelo entrou em crise desde 1979, devido ao aumento dos preços internacionais de petróleo e à alta dos juros norte-americanos, cuja consequência foi o súbito aumento da dívida externa brasileira. Os anos 1980 foram marcados por alta inflação, baixo crescimento do PIB (produto interno bruto) e inviabilidade do investimento estatal. Assim, no mesmo contexto histórico estavam colocados a transição do regime militar para o civil e o colapso do modelo econômico estabelecido pela ditadura.

De forma geral, as políticas econômicas dos anos 1980 resultaram na compressão do consumo das famílias, visando o combate à inflação e resultados positivos na balança comercial, o que agravou a concentração de renda. O aumento do desemprego e da miséria correspondeu ao fortalecimento dos movimentos sociais: sindicatos, associações de moradores, sem-terra, movimento estudantil etc., que conseguiam a simpatia de alguns setores das classes médias urbanas, como médicos e professores. Como consequência, houve a inclusão de novos direitos sociais na Constituição de 1988 e a votação expressiva de dois candidatos à esquerda na eleição presidencial de 1989, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), e Leonel de Moura Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT). (ALMEIDA, 2011; SILVA, 2005)



Paralelamente, ocorriam transformações nas forças políticas à direita. O modelo neoliberal de governo tornou-se uma referência, a partir dos mandatos de Margareth Thatcher, na Inglaterra (1979-1990), e de Ronald Reagan, nos EUA (1981-1989). Ele defende a privatização de empresas públicas, fim das medidas protecionistas, retirada de impostos sobre a riqueza e de gastos sociais do Estado (ANDERSON, 1995). Parte da burguesia brasileira aderiu à agenda neoliberal, especialmente a mais próxima ao capital internacional, mas havia resistência de interesses vinculados às medidas protecionistas. O consenso burguês em relação ao neoliberalismo só foi estabelecido com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994. (ALMEIDA, 2011)

Os grandes jornais de São Paulo e os do Rio Janeiro (*Jornal do Brasil* e *O Globo*), assim como a revista *Veja*, logo se alinharam ao neoliberalismo, assim como a candidatura de Fernando Collor de Mello (pelo Partido da Reconstrução Nacional) nas eleições de 1989, que associou um discurso moralista com um programa de medidas neoliberais (LATTMAN-WELTMAN, 1994). Os veículos citados apoiaram Fernando Collor de Mello no 2º turno, em que venceu Luís Inácio Lula da Silva por pequena margem. Apesar desse apoio e a boa expectativa sobre a agenda, as relações entre o governo e a grande imprensa não foram tranquilas.

Após a posse, em março de 1990, foi lançado o Plano Collor I para combater a inflação. A moeda passou de cruzado para cruzeiro, em regime de câmbio flutuante, e os saques das contas bancárias ficaram sob um teto de 50 mil cruzeiros, os fundos restantes foram confiscados pelo Banco Central. A retirada de moeda corrente aliada às altas taxas de juros resultou na retração do PIB (produto interno bruto) de 4,3%. Ainda assim, os índices de inflação atingiram cerca de 20% ao mês em dezembro de 1992. O governo respondeu controlando preços e salários a partir de 31 de janeiro de 1991, medida antiliberal

duramente criticada pela grande imprensa.

Após o confisco, a seção de cartas dos leitores da revista *Veja* trouxe histórias de pessoas arruinadas financeiramente que beiravam o suicídio (KUCINSKI, 1998). Assim, com o fracasso do Plano Collor no combate a inflação, consolidou-se uma antipatia contra o presidente em um público de classe média, que era consumidor da grande imprensa. Outro fator para o afastamento entre ela e o governo foi a redução das verbas de publicidade. Entre 1989 e 1990, os gastos de publicidade em jornais e revistas do Banco do Brasil diminuíram de US\$ 41 milhões para US\$ 6 milhões e os da Caixa Econômica Federal, caíram de US\$ 32 milhões para US\$ 12 milhões.

Houve um conflito específico entre Fernando Collor de Mello e a *Folha de S. Paulo*. A Polícia Federal (PF) realizou uma operação na sede do jornal, em 23 de março de 1990, pois teriam ocorrido irregularidades na alteração da moeda para o cruzeiro em faturas publicitárias. O periódico interpretou como uma retaliação à publicação de textos críticos ao presidente durante a campanha eleitoral de 1989. A *Folha de S. Paulo* noticiou que foi invadida pela Polícia Federal e chamou Fernando Collor de Mello de fascista em suas páginas. Posteriormente, no mês de julho daquele ano, o jornal divulgou que duas agências publicitárias, que trabalharam na campanha de Fernando Collor de Mello, assumiriam sem licitação a publicidade oficial de várias empresas estatais (FRANÇA, 2015). O presidente moveu um processo por calúnia contra o diretor de redação, Otavio Frias Filho, e mais três jornalistas. Eles foram absolvidos em janeiro de 1992. Um presidente brasileiro jamais havia processado jornalistas durante seu mandato.

Desde 1990, houve várias outras publicações da grande imprensa sobre contratações de empresas sem licitação, tráfico de influência em transações da Petrobrás, compras superfaturadas etc. Como exemplos, podem ser citados: a divulgação por *O Estado de S. Paulo* de relatório do Tribunal de Contas

da União afirmando que o governo federal gastara 1,2 trilhões de cruzeiros sem licitação em 1990; e sucessivas matérias da *Folha de S. Paulo* apontando favorecimento de parentes, desvio de recursos e compras sem licitação na Legião Brasileira de Assistência, órgão público voltado à assistência social e administrado pela primeira-dama Rosane Collor. (LATTMAN-WELTMAN, 1994)

Em maio de 1992, a revista *Veja* tornou públicas entrevistas de Pedro Collor, irmão do presidente, em que ele abordava o esquema de tráfico de influência de Paulo César Farias. No fim do mês, o Congresso estabeleceu uma CPI para apurar as denúncias. Outro fato midiático determinante foi a entrevista do motorista da secretária pessoal de Fernando Collor de Mello, Eriberto França, para a *Isto É*, no final de junho. Ela vinculou de forma concreta o presidente ao esquema de Paulo César Farias. *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* reagiram à entrevista pedindo a renúncia de Fernando Collor de Mello (PILAGALLO, 2012). Além da pressão midiática, houve uma série de protestos de rua contra o presidente, principalmente nos meses de agosto e setembro. Vários partidos de oposição e movimentos sociais constituíram as manifestações, com destaque para os estudantes. No que toca ao jogo partidário, pode-se perceber uma continuidade entre essa mobilização e a das diretas-já, ambas tiveram em seu centro uma coalizão informal entre PT, Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, ainda que o PSDB estivesse dentro do PMDB em 1984), que correspondia à mobilização de diversos setores médios e populares urbanos, com pautas comuns em torno do processo de democratização. (SALLUM JR; CASARÕES, 2011)

É preciso destacar que houve aspectos elogiados da gestão de Fernando Collor de Mello pela grande imprensa: o fim de políticas protecionistas, como a reserva de mercado para

produtos nacionais de informática, extinta em 1991; e as privatizações. De outubro de 1991 até setembro de 1992, o governo leiloou treze empresas: as siderúrgicas USIMINAS, Companhia Siderúrgica do Nordeste (COSINOR), COSINOR Distribuidora, Companhia Siderúrgica de Tubarão e Aços Finos Piratini; as mineradoras Álcalis do Rio Grande do Norte e Companhia Nacional de Álcalis; as petroquímicas Petroflex e Companhia Petroquímica do Sul; do ramo de fertilizantes, Fertilizantes Fosfatados S.A.; de aviação, a Companhia Eletromecânica CELMA; e ligadas aos transportes, a Material Ferroviário S/A e Serviço de Navegação da Bacia do Prata S.A. Os jornais citados foram favoráveis às vendas e apoiaram o projeto de privatização de outras empresas como Embraer, Companhia Siderúrgica Nacional e Telebrás. Alguns grupos, como *O Estado de S. Paulo* e Globo, compraram ações nos leilões de telefonia fixa e celular, que aconteceram em 1997 e 1998. (FRANÇA, 2015)

### ***Considerações finais: ligações entre texto e contexto***

É possível enriquecer a análise dos textos, mantendo o diálogo com os conceitos de tema e significação e considerando os elementos do contexto histórico colocados acima, a relação entre os jornais e o horizonte social para quem produziam e o caráter político do gênero editorial institucional.

*O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* procuravam um público das classes médias e altas urbanas. Pode-se inferir que esse leitor, que corresponde ao horizonte social dos periódicos, não estaria diretamente interessado na extensão dos direitos sociais como um leitor das classes populares. Porém, as classes médias estavam posicionadas contra o governo, devido ao confisco dos fundos bancários, medida amarga e ineficiente contra a inflação. Esses elementos podem explicar o posicionamento dos editoriais: críticos à Fernando Collor de Mello,

mas favoráveis a sua agenda neoliberal.

Porém, as estratégias de afirmação de identidades editoriais, que visavam à distinção entre os jornais concorrentes, elucidam as diferenças na forma como se deu tal crítica e a oposição diametral sobre a visão da sociedade na narrativa do *impeachment*.

A *Folha de S. Paulo* fez seu público aumentar identificando-se à abertura democrática. A reprodução dessa imagem pode ser percebida quando ela retoma a memória da derrota das diretas, afirmando que o parlamento havia votado a favor da vontade popular pelo *impeachment*, redimindo-se do erro de 1984, quando se opôs a ela. Tal reprodução também está presente na visão positiva acerca dos protestos e da sociedade, que teria demonstrado sua força pressionando as instituições pelo *impeachment*. Provavelmente, a *Folha de S. Paulo* estava próxima dos setores da classe média identificados ao PT, PMDB e PSDB que foram protagonistas das mobilizações de 1984 e 1992.

A ênfase desse jornal nas palavras “Collor” e “presidente”, remetendo ao fato de que suas práticas no poder anularam o respeito e a autoridade que seu cargo deveria infundir, podem ser vinculadas ao conflito específico entre o presidente e o periódico, que envolveu o processo do primeiro contra jornalistas do segundo e a operação da Polícia Federal. Acerca do estilo mais acessível do texto, ele pode indicar os efeitos do Projeto Folha na redação do editorial.

Com uma imagem tradicional, *O Estado de S. Paulo* publicou um texto de escrita erudita e posições conservadoras. Recorreu a um conceito de antigo de nação, pautado na história e teleologia (definição que hoje é desusada e muito criticada), e omitiu a existência dos protestos de rua como fator que levou ao *impeachment*. Assim como o editorial da *Folha de S. Paulo*, o de *O Estado de S. Paulo* produz um discurso sobre si

mesmo e reafirma a memória da atuação do jornal ao lado da Revolução de 1930, do fim do Estado Novo em 1945, da candidatura de Jânio Quadros em 1960 e do golpe de 1964. A referência a outros fatos históricos afirma a presença do jornal na disputa política há muito tempo, assim, o texto parece conferir autoridade a suas palavras referindo-se a grande idade e experiência política do jornal.

Nota-se em sua memória sobre o “movimento de março de 1964”, a afirmação de que inicialmente não havia um golpe em curso, o que corresponde à descrição realizada por Marcos Napolitano (2016) sobre a narrativa desse fato pelos grupos que apoiaram os militares e colaboraram, cientes ou não, para o estabelecimento da ditadura.

As referências do texto de *O Estado de S. Paulo* aos jovens e ao valor da juventude podem ser associadas ao programa de medidas neoliberais que o jornal defendia. O neoliberalismo era uma ideologia política nova no contexto brasileiro do início dos anos 1990 – o governo Collor era o primeiro mandato presidencial identificado a ela. Outras palavras que afirmam esse sentido, presente nos textos dos dois jornais para se referir às medidas neoliberais, são “moderno”, “modernidade” e “modernizar”. Dessa forma, os editoriais afirmam que as reformas neoliberais trariam um tempo novo e ajustariam ao presente o Estado, a sociedade e a economia brasileiras.

O trabalho de Francisco César Pinto da Fonseca (2015) sobre a ideologia neoliberal da grande imprensa entre os governos José Sarney e Fernando Collor de Mello também nota que as posições pelo *impeachment* se caracterizaram, de forma geral, pela crítica ao presidente e defesa da agenda neoliberal<sup>5</sup>. Essa postura pode ser explicada pela delicada posição dessa agenda com o processo de *impeachment*, que levaria um novo

---

<sup>5</sup> Posições semelhantes a essa ainda se encontram no artigo de Vinícius Sales do Nascimento França (2015b).

presidente e seu grupo ao poder.

As forças políticas à esquerda eram antagônicas ao neoliberalismo e demandavam por políticas públicas que corresponderem aos direitos sociais reconhecidos pela Constituição de 1988. Elas perderam as eleições de 1989 por uma pequena margem e fizeram parte das mobilizações pelo afastamento de Fernando Collor de Mello. A concretização desse afastamento fortalecia esse campo, dando possibilidades de vitória eleitoral nas eleições de 1994 e de maior margem para pressionar os rumos do governo Itamar Franco. O editorial de *O Estado de S. Paulo* reserva grande espaço para responder a ele, afirmando que o *impeachment* não era uma vitória completa, pois ela ocorria apoiada pelos interesses do “velho ‘sistema’ político”.

Por outro lado, o consenso neoliberal ainda não havia ocorrido dentro empresariado, pois uma boa parte dele se beneficiava do protecionismo. Dessa forma, os dois jornais utilizaram os editoriais para defender sua posição política, pressionando pela manutenção das medidas neoliberais por Itamar Franco, algo que está explícito no texto da *Folha de S. Paulo*; e pela construção do consenso em torno delas no empresariado e em outros setores da sociedade. Este esforço foi bem-sucedido, pois Itamar Franco deu sequência a várias políticas neoliberais, como o programa de privatizações, e o consenso burguês em torno de um programa neoliberal ocorreu nas eleições de 1994, em torno do candidato vitorioso Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Por fim, pode-se pontuar que o trabalho mostrou a influência da infraestrutura sobre a superestrutura ao mencionar: que o interesse dos jornais nas medidas neoliberais correspondeu ao investimento na importação de produtos de informática e em leilões do sistema de telefonia estatal; a vinculação entre as críticas ao presidente e a procura pelo público de classe média; e a possível ligação das posições dos jornais com o corte do investimento estatal em publicidade e os interesses do capi-

tal internacional. No entanto, tal influência não foi suficiente para explicar todo o teor dos textos, pois eles foram bastante determinados pelas imagens que os dois jornais construíram sobre si mesmos. Assim, é possível afirmar que as criações simbólicas respondem tanto ao funcionamento dos próprios campos ideológicos (como a concorrência dentro do campo do jornalismo) como também aos interesses econômicos em sua base.